

## O Dilema da Caixa de Conversão:<sup>1</sup>

### O Processo de Transição da TV analógica para digital na cidade de Brasília e Entorno.

Paola Frassinetti Coelho Botelho Martins<sup>2</sup>  
Universidade Católica de Brasília

#### Resumo

O presente artigo aborda elementos norteadores para realização de pesquisa de estudo de caso sobre como as decisões do Grupo Gestor da transição analógico – Digital no Brasil (GIRED), impactam no processo de transição analógico-digital de Brasília (DF) e entorno, tendo como foco central de análise a decisão a respeito das caixas de conversão que serão destinadas às famílias de baixa renda. A Base de referência para a análise é a ata oficial da reunião extraordinária do GIRED, no dia 12/02/1 e algumas notícias veiculadas sobre a reunião estudada.

#### Palavras-chave

audiovisual analógico; decisões políticas; políticas públicas; TV digital; impacto social.

O presente artigo aborda elementos norteadores para realização de pesquisa de estudo de caso sobre como as decisões do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (GIRED), impactam no processo de transição analógico-digital de Brasília e entorno, tendo como foco central de análise a decisão a respeito das caixas de conversão que serão destinadas às famílias de baixa renda. Para entender melhor o contexto dessa pesquisa, se faz necessário elencar algumas questões que desencadearam a necessidade de realizá-la, elas são:

(a) Há um impasse junto ao grupo gestor de implantação da tv digital no Brasil (GIRED), em relação a quais caixas de conversão serão destinadas às famílias do Bolsa Família e Cadastro Único;

(b) Em maio de 2015, decidiu-se que as caixas destinadas seriam as com interatividade plena, ou seja, Ginga C;

(c) Em janeiro de 2016,o cronograma de desligamento total da TV analógica no Brasil foi modificado para data limite de 2023, sendo que em Rio Verde (GO) o desligamento ocorreu no primeiro semestre de 2016 e em Brasília (DF) e mediações, será

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP de Conteúdos Digitais e Convergência Tecnológicas, XVI Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Católica de Brasília (UCB), email: [ppaolabotelho@gmail.com](mailto:ppaolabotelho@gmail.com).

em outubro de 2016, após as olimpíadas e as eleições, um segundo bloco de cidades terá o desligamento até 2018, sendo o desligamento total no Brasil com nova data limite para 2023;

(d) A data de desligamento do sinal analógico para o digital, na cidade de Rio Verde (GO), foi adiado de 29/11/15 para o dia 15/02/16. Em Rio Verde, as caixas de conversão com Ginga C foram distribuídas para famílias do Bolsa Família e Cadastro Único;

(e) Ainda nas reuniões do GIRED, em janeiro de 2016, houve um debate para decidir que as caixas destinadas às famílias cadastradas no Bolsa Família tenham interatividade plena e as destinadas às inclusas no Cadastro Único não tenham, pois devido à desvalorização do real, junto ao dólar, o governo não tem como garantir as caixas com interatividade plena para as famílias do Cadastro Único;

(f) Grupos ligados aos radiodifusores, sugeriram que para as famílias do Cadastro Único sejam distribuídos zappers, ou seja, sintonizadores de canais que não possuem o Ginga C, software brasileiro que garante a existência de interatividade nas caixas de conversão;

(g) Grupos ligados às TVs públicas, direcionados pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), defendem que sejam distribuídos, ao menos, conversores com Ginga “light”, que permitirão que as famílias de baixa renda no Brasil tenham acesso a uma série de conteúdos e serviços públicos interativos e gratuitos, porém com caixas com custo de produção mais barato;

(h) A possível decisão de quais caixas seriam destinadas, estava prevista para a reunião que ocorreu no dia 12/02/2016;

(i) Os movimentos sociais, como o negro, da criança e do adolescente, o movimento de mulheres, o de indígenas, o de cidades justas e sustentáveis, o LGBT... aparentam não fazer ideia das decisões que estão ocorrendo nos bastidores da transição analógico-digital no Brasil e que irão afetar diretamente grande parte do público desses movimentos sociais.

A decisão de quais caixas de conversão serão distribuídas para as famílias cadastradas no Bolsa Família e no Cadastro Único é uma pauta constante nas discussões do conselho gestor da transição analógico digital no Brasil, o GIRED. Essas decisões hora são definidas e hora não, fatores como economia, influência política e de mercado parecem ser decisivos para essa não definição. Ao que parece, garantir interatividade para as famílias de

baixa renda irá modificar estruturalmente o mercado televisivo brasileiro e, conseqüentemente, comportamentos estruturais da sociedade brasileira.

Tendo como base o que já foi exposto, esta pesquisa tem como objetivo geral: (1) Entender como as decisões, a respeito da distribuição das caixas de conversão, por parte do grupo gestor da transição analógico-digital no Brasil, o GIRED, são noticiadas e como essas notícias abordam o impacto social da transição analógico digital em Brasília e entorno. E como objetivos específicos: (2) apresentar um conjunto de argumentos que busquem entender as decisões políticas a respeito da distribuição das caixas de conversão; (3) avaliar, por meio de notícias veiculadas, qual o possível impacto real que implementação das decisões tomadas pelo GIRED pode causar em Brasília e entorno;

Diante destes objetivos, um pressuposto é apresentado: (a) É possível que as decisões do GIRED, em relação a quais caixas de conversão serão destinadas para as famílias do Bolsa Família e Cadastro Único, possa impactar de forma substancial a vida das pessoas da cidade de Brasília e entorno?

E assim como o pressuposto, as hipóteses de trabalho também surgem de maneira a direcionar os rumos desta pesquisa, elas são: (1) Existe uma possibilidade política, social e mercadológica de garantir que todos ganhem com a transição do sinal analógico digital em Brasília e entorno; (2) Os setores sociais, governamentais e mercadológicos estão dispostos a debater e implementar decisões políticas, a respeito da transição analógico digital em Brasília e entorno; (3) Economicamente, e como manutenção de estratégia da lógica de mercado, é mais barato e simples, não garantir a distribuição das caixas de conversão com Ginga C para as famílias do Bolsa Família e Cadastro Único.

### **Justificativa**

Este trabalho é importante para entender como as decisões políticas, a respeito da transição do sinal de TV analógico para o digital, irão impactar a vida da sociedade brasileira, tendo como foco de estudo a transição analógico-digital em Brasília e entorno. Vale lembrar que, no Brasil, os estudos técnicos sobre a digitalização dos serviços de radiodifusão de sons e imagens começaram em 1994, mas o desenvolvimento efetivo teve início em 2003 com o Dec. n.4.901<sup>3</sup>, que institui o Sistema Brasileiro de Televisão Digital

<sup>3</sup>

Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm)>. Acesso em: 17jun.2015

(SBTVD), no entanto, a implantação começou efetivamente em 2006, com o Dec. n.5.820<sup>4</sup>, de 29/06/2006. Em 2013, iniciou-se a fase final da transição, sendo que, a partir de 2016, foi iniciado o apagão analógico nas cidades de Rio Verde (GO), em 15/02/16, e Brasília (DF), Águas Lindas de Goiás/GO, Cidade Ocidental/GO, Cristalina/GO, Formosa/GO, Luziânia/GO, Novo Gama/GO, Planaltina/GO, Santo Antônio do Descoberto/GO, Valparaíso de Goiás/GO, em 26/10/16. Com o uso da faixa 700MHz, será possível levar telefonia móvel de quarta geração e internet banda larga de alta capacidade, inclusive, às áreas rurais a um custo operacional mais baixo, uma vez que essa faixa é ideal para a cobertura de grandes distâncias.

Para que se concretize o objetivo de garantir que, entre 2016 e 2023, ocorra o desligamento do sinal analógico no país, se faz necessário que, pelo menos, 93% dos domicílios dos municípios que acessem o serviço livre, aberto e gratuito por transmissão terrestre, estejam aptos à recepção de televisão digital terrestre. Isso significa que, no Brasil, a TV digital aberta, de acesso público e gratuito requer uma TV com conversor de sinal digital e uma antena UHF/VHF<sup>5</sup>.

A EAD<sup>6</sup> (Empresa Administradora da Digitalização), é a responsável por implementar o que for decidido pelo GIREL, ou seja, de alguma forma, é a EAD que irá implementar as políticas públicas de digitalização. Quando se pensa na transição analógico-digital no Brasil, muitas dúvidas pairam no ar. Para pessoas que trabalham em televisão, com produção audiovisual... como é o caso da pesquisadora que elabora esta proposta, as dúvidas se tornam cruciais para o entendimento dos rumos do próprio fazer profissional. No entanto, esse fazer será resultado de decisões políticas que definirão a forma de fazer, pensar e transmitir conteúdos para públicos distintos. As decisões não irão afetar somente quem trabalha nos meios atingidos pela mudança, mas, principalmente, na forma como a sociedade vai perceber e viver seu entorno.

---

<sup>4</sup> Estabelece diretrizes para a transição do sistema de transmissão analógica para o sistema de transmissão digital do serviço de radiodifusão de sons e imagens e do serviço de retransmissão de televisão, e dá outras providências. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm)

<sup>5</sup> A UHF é a sigla para o termo inglês Ultra High Frequency (Frequência Ultra Alta) e designa a faixa de radiofrequências de 300 MHz até 3 GHz. É ela a responsável pelos sinais de televisão atuais (canais 14 ao 83), rádio e transeptores. É uma frequência indicada para grandes centros urbanos. Já a VHF é a sigla para o termo inglês Very High Frequency (Frequência Muito Alta) que designa a faixa de radiofrequências de 30 a 300 MHz. Esse tipo de sinal é utilizado para transmissão de rádio FM, utilizando a frequência entre 88-108 MHz e foi o primeiro método de transmissão televisiva. É ideal para áreas abertas e zonas não urbanizadas.

<sup>6</sup> É a empresa de logística criada pelas operadoras de telefonia Vivo, Claro, TIM e Algar, vencedoras do leilão da faixa de frequência de 700 MHz, para operacionalizar, divulgar e acelerar o processo de transição dos canais analógicos para digitais.

## Metodologia

Yin (2005) afirma que no estudo de caso a coleta é mais complexa do que em outras modalidades específicas e que isso constitui um requisito básico que não pode ser descartado. Duarte, afirmam que:

“O estudo de caso deve ter preferência quando se pretende examinar eventos contemporâneos, em situações onde não se pode manipular comportamentos (...) o poder diferenciador do estudo de caso reside em sua “capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações (YIN, 2001, p.27)”. (DUARTE,2014,p.219)

Nesta pesquisa preliminar, utiliza-se o estudo de caso como metodologia e a análise documental e de discurso como técnica. Vale lembrar, que a “análise documental é de origem secundária, ou seja, constituem conhecimento, dados ou informações já reunidos ou organizados.” (MOREIRA,2005,p.272). Já a análise do discurso, possui uma estreita ligação entre a análise de conteúdo e a análise automática do discurso (AAD), inaugurada por Michel Pêcheux. “Procura estabelecer ligações entre condições de produção do discurso e sua estrutura. Sua hipótese geral considera que o discurso é determinado pelas suas condições de produção e por um sistema linguístico.” (JÚNIOR, 2005, p.303). Dessa forma, para fazer o que Yin chama de convergência de evidências para análise de um único fato, utilizar-se-á:

(a) inicialmente, uma observação e escolha para análise de notícias veiculadas a respeito das decisões que definirão os rumos da transição analógico–digital em Brasília e entorno. O critério para a escolha das notícias é, justamente, que abordem o assunto da caixa de conversão;

(b) Uma análise mais forte a respeito do que foi decidido nas reuniões do GIRED no dia 12/02/2016, tendo como base a ata pública disponibilizada online no site da ANATEL<sup>7</sup>;

(c) Procurar-se-á unir as informações distribuídas nas notícias escolhidas, nas disponibilizadas nas atas das reuniões do GIRED;

(d) Com base na junção dessas informações, procurar-se-á identificar quais as deliberações do GIRED, quanto a escolha das caixas de conversão, bem como os possíveis impactos sociais que essas escolhas podem causar à população de Brasília e entorno;

(g) Uma análise interpretativa do discurso dos fatos noticiados e de todo material documental coletado, será feita a partir dos elementos colhidos;

<sup>7</sup>

Agência Nacional de Telecomunicações

(h) A pesquisa será, essencialmente, qualitativa;

### **Levantamento de Literatura**

Esta pesquisa tem como base teórica, trabalhos que tratem a respeito da transição analógico – digital no Brasil, tendo como foco os possíveis impactos sociais que essa transição pode ocasionar. A respeito da questão dos possíveis impactos, utilizar-se-á o entendimento dos autores<sup>8</sup> do artigo “FlexTV — Uma Proposta de Arquitetura de Middleware para o Sistema Brasileiro de TV Digital” e aborda 3 formas de ondas de impacto que a transição analógico-digital, irá causar no Brasil, elas são:

(1) A primeira onda de impacto refere-se ao setor interno das redes de televisão, pois haverá a necessidade de substituir equipamentos analógicos por digitais, visando a melhoria da imagem e som; (2) A segunda onda de impacto, será sentida pelo conjunto da sociedade, devido à necessária adoção de um padrão uniforme de sistema para codificação, transmissão, modulação, difusão e recepção digital dos programas de televisão.

Segundo os autores do artigo, no Brasil, o impacto será maior no sistema de televisão terrestre, o DTT (Digital Terrestrial Television), mais utilizado nos centros urbanos, onde o desafio latente será “a escolha técnica-econômica-social-política do formato de modulação de sinal”; (3) A terceira onda de impacto da TV digital (TVD), será sentida após a adoção do padrão DTT, pois haverá a necessidade de adoção de novos modelos de negócio que: “(i) estimulem a população a investir em equipamentos de tv de nova geração; e (ii) permitam às redes obter retorno sobre os investimentos efetuados”.

Diante das possibilidades de impactos, expostos, percebe-se que os autores do artigo entendem a TV Digital Interativa como um novo meio a ser explorado que, “não apenas no Brasil, mas em todo mundo, só obterá sucesso através do desenvolvimento de novas aplicações, reorganização das cadeias de produção televisiva, geração de negócios e transformações sociais”.

Foucault, será outro autor utilizado neste artigo, principalmente quando se busca entender, o discurso presente nas atas e notícias analisadas. No texto “A Ordem do Discurso”, Foucault (2002) procura mostrar o caráter ideológico da linguagem comum em qualquer fala articulada, como produto social e político, em defesa do poder como forma de domínio. Outro autor importante, para auxiliar nesta análise, é Lebrun (1981), em seu livro

---

<sup>8</sup> Luiz Eduardo Cunha Leite, Carlos Eduardo Freire Batista, Guido Lemos Souza Filho, Raoni Kulesza, Luiz Gustavo Pacola Alves, Graça Bressan, Rogério Ferreira Rodrigues, Luiz Fernando Gomes Soares, mais conhecido como pai do Ginga.

“O que é Poder”, um dos principais aspectos que serão destacados, é seu entendimento em relação à autoridade que existe entre quem coage e quem é coagido, ou seja, do poder que garante a legitimidade.

Quem também auxiliará neste estudo, será Charaudeau (2010) e seu livro “Discurso das Mídias”, principalmente seus conceitos a respeito do que informar, tendo como base o acontecimento social como visão de mundo e a construção midiática do acontecimento, ao relatá-lo.

### **O Dilema da Caixa de Conversão**

A reunião do dia 12/02/2016 do GIRED, ocorreu em um contexto político em que a presidente do Brasil ainda era Dilma Rousseff, porém, já em fevereiro, havia indícios da intenção de Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, e do grupo de Michel Temer, então vice – presidente do Brasil, de ressuscitar o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, como pode ser percebido nos respectivos títulos, das seguintes matérias: “Cunha recorre ao Supremo contra decisão sobre o impeachment”, (Agência Brasil, 01/02/2016); “Grupo de Temer revê estratégia para apoiar impeachment”, (Estadão, 27/02/2016); “Impeachment de Dilma não está ‘morto’, diz Jucá”, (Estadão,09/02/2016).

Outro contexto importante de ser elencado, a respeito do período que ocorreu a reunião analisada, é o econômico. Em fevereiro de 2016, a crise econômica nacional e internacional era assunto recorrente, como pode ser percebido nos títulos: “Estamos vivendo uma dupla crise econômica, a nossa e a internacional”, (El País Brasil, 11/02/2016); “Tempestade perfeita: Podemos estar caminhando para uma nova crise global”(BBC BRASIL,15/02/2016 ; “Crise econômica causa mudança de alunos de escolas privadas para públicas, (Agência Brasil, 15/02/2016).

Diante do exposto e já cientes do contexto político e econômico do Brasil em fevereiro de 2016, busca-se na ata da 6º Reunião Extraordinária do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED, disponibilizada no site da Anatel, as principais pautas do dia, elas são:

- a)aprovação da ata da 14ª Reunião Ordinária do GIRED, realizada em 20 de janeiro de 2016; b) Aprovação do documento “Orientações para a campanha de divulgação do desligamento (Portaria MC nº 37/2016)”, submetido pelo GT-Com; c) Pesquisa de aferição do ativamente da condição para o desligamento do sinal analógico em Rio Verde/GO; d) Informes da Entidade Administradora do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV (EAD);e e) Data da

reunião Ordinária do GIRED de fevereiro de 2016. (6º Reunião Extraordinária do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED,2016)

Diante dos tópicos expostos, fica nítido que em nenhum momento, foi colocada em pauta a votação de quais caixas de conversão seriam destinadas às famílias do Bolsa Família e do Cadastro Único, sendo que em algumas matérias anteriores a reunião, estava sendo dito que, possivelmente, se decidiria quais caixas de conversão seriam distribuídas para a população de baixa renda, se com Ginga C ou sem, como pode ser observado no trecho que segue:

A discussão sobre os conversores com Ginga C ou não deverá estar, porém, na pauta da próxima reunião - prevista para o dia 12 de fevereiro. "A análise técnica e financeira precisa ser feita e isso demandará mais tempo", afirma Zerbone. Ainda que não esteja na pauta da próxima reunião, o conselheiro da Anatel admite que o tema é sensível e precisa ser resolvido o quanto antes, por conta da pressão do próprio cronograma de migração para a TV Digital. (LOBO, A.P, Não há decisão ainda sobre conversor Ginga para além do bolsa família, TELECOM,2016)

A matéria escrita por Ana Paula Lobo, para o seguimento “Convergência Digital”, do site da TELECOM, questiona por qual motivo na reunião que ocorreu no dia 20/01/16, não foi decidido o futuro do Ginga C nas caixas de conversão que serão destinadas para as famílias de baixa renda, principalmente para as que não estão inseridas no Bolsa Família. Na matéria, Zerbone utiliza a prerrogativa de que a decisão de quais conversores serão distribuídos, nunca esteve na pauta da reunião, por isso não seria possível decidir nada. No entanto, o mesmo Zerbone afirmou que ficou estabelecido que o uso do Ginga C, middleware de interatividade brasileiro, com todos os seus recursos estão mantidos para o público do Bolsa Família.

Foucault (2002), em seu texto a “Ordem do Discurso”, fala a respeito da materialidade do discurso. Ele, em outras palavras, afirma que não há um discurso que não tenha uma forma. Essa materialidade é uma forma de linguagem, de alguma maneira é a produção de sentido. Para ele, o discurso é controlado. Ele é essencialmente repressivo, sendo obviamente, limitado à circunstância do poder.

É claro que sabemos, numa sociedade como a nossa, da existência de procedimentos de exclusão. O mais evidente, o mais familiar também, é o interdito. Temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja. Tabu do objecto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala: jogo de três tipos de interditos que se cruzam, que se



reforçam ou que se compensam, formando uma grelha complexa que está sempre a modificar-se. Basta-me referir que, nos dias que correm, as regiões onde a grelha mais se aperta, onde os quadrados negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e as da política: longe de ser um elemento transparente ou neutro no qual a sexualidade se desarma e a política se pacifica, é como se o discurso fosse um dos lugares onde estas regiões exercem, de maneira privilegiada, algumas dos seus mais temíveis poderes. O discurso, aparentemente, pode até nem ser nada de por aí além, mas no entanto, os interditos que o atingem, revelam, cedo, de imediato, o seu vínculo ao desejo e o poder. (FOUCAULT,2002)

Diante do exposto e fazendo a correlação entre o entendimento de Foucault, as pautas apresentadas na ata e os elementos da matéria, fica nítida a percepção de poder presente. O poder de controlar o discurso, por meio, do não apontamento em pauta, da necessidade de discutir quais caixas de conversão serão distribuídas, mesmo sabendo da importância do assunto. Só neste início de análise, observou-se que há uma exclusão, por meio deste controle do discurso, de alguma forma, ele é repressivo e limitado à circunstância do poder.

O Zerbone admite a importância da discussão, mas não a coloca em pauta de maneira oficial. Isso já havia ocorrido na reunião do dia 20/01/16 e se repetiu na do dia 12/02/16. De alguma forma, é um interdito do discurso que revela possíveis vínculos ao desejo e ao poder. Vamos tentar descobrir, por meio dos discursos analisados, quais possíveis vínculos são esses.

Em outro ponto da ata, quando se trabalha a pauta 2, aprovação do documento “Orientações para a campanha de divulgação do desligamento (Portaria MC nº 378/2016), submetido pelo GT-Com”. A explanação inicial deste tópico, ficou a cargo de André Dias, representante da TV Globo. Ele apresentou a proposta e expôs que as emissoras estão trabalhando com três tipos de campanha: a) educacional, b) emergencial e c) de cunho obrigatório (decorrente de portarias). Lembrou do “letterboxing”, obrigatório exceto pelas ressalvas da Portaria, tem proporção de 16:9. Abordou aspectos de onde ficaria o logotipo analógico, bem como mostrou o texto com as informações do Ministério das Comunicações e da Anatel sobre o processo de digitalização.

Diante dessa parte da explanação de André Dias, Luis Roberto Antonik, representante titular da Radiodifusão comentou:

...a reunião entre as emissoras, realizada no dia anterior, com o intuito de “realizar um trabalho forte em Brasília”. Um dos objetivos era visitar todos os bairros para divulgar a migração. Concedida a palavra, Celso Teixeira, da Record, acrescentou que nessa reunião do dia anterior, doze geradoras comerciais se encontraram. Disse que isso era muito bom para evoluir em relação a Rio Verde e, ainda, que haveria uma mensagem

unificada. André Barbosa Filho, representante suplente da Radiodifusão, ressaltou a necessidade de as geradoras públicas também serem envolvidas nestas reuniões. André Dias, da TV Globo, assegurou que na próxima reunião as geradoras públicas também seriam convidadas. (6º Reunião Extraordinária do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED, 2016)

Neste ponto do texto da ata, pode-se buscar em Lebrun (1981), mais especificamente em seu livro “o que é poder?”, o entendimento de potência. Para o autor, potência é a capacidade de efetuar um determinado desempenho, ainda que nunca passe ao ato. No caso do documento analisado e da citação exposta anteriormente, há um forte interesse das radiodifusoras em intensificar a divulgação da migração digital em Brasília e entorno, evitando, assim, equívocos cometidos na migração de Rio Verde.

Observa-se, também, que a reunião com as doze geradoras, foi algo estratégico e importante, mas percebe-se que as geradoras públicas não foram convidadas para a reunião. Houve, então, um processo de exclusão das emissoras públicas, mas houve, principalmente, poder. Buscando no pensamento de Lebrun, poder pode ser definido não pelo ato, mas pela potencialidade de agir. E essa potencialidade de agir, garante a André Dias, o poder. O poder de chamar ou não, os radiodifusores públicos para a próxima reunião, mesmo tendo acordado em ata. Também, observa-se a potencia de poder, na não inclusão da pauta de quais caixas de conversão serão distribuídas para as de baixa renda, sejam as do Bolsa Família ou as do Cadastro Único.

Em suma, o poder não é *um ser*, “alguma coisa que se adquire, se toma ou se divide, algo que se deixa escapar”. É o nome atribuído a um conjunto de relações que formigam por toda à parte na espessura do corpo social (poder pedagógico, pátrio poder, poder do policial, poder do contramestre, poder do psicanalista, poder do padre, etc., etc.). (LEBRUN, 1981, p. 8)

Vale lembrar que Lebrun entende o conceito de poder como sendo semelhante ao conceito de dominação, sendo que esta dominação seria a probabilidade que uma determinada ordem pode ser seguida por um determinado grupo de pessoas. Lebrun lembra, ainda, que não se pode confundir centralidade de poder com autoridade. Voltando para a análise das notícias que saíram a respeito das deliberações do GIRED, é interessante elencar a seguinte questão:

No próximo dia 17 de fevereiro, o comitê técnico que assessora o Gired - Grupo de transição da TV analógica para a digital - poderá dar novos caminhos para o Ginga C, a tecnologia nacional desenvolvida para a TV digital, que permite a interatividade. Por falta de recursos federais, essa tecnologia, que seria impulsionada com a compra em massa pelas operadoras de celular para distribuir os conversores digitais à população

de baixa renda, encontrou a barreira do preço como seu principal inibidor. Com a escalada do dólar, essa caixinha foi descartada pelo grupo (formado por representantes das operadoras, dos radiodifusores, da Anatel e do Ministério das Comunicações), mas os cientistas brasileiros tentam uma saída que será apresentada nesta reunião. (AQUINO.M, Satélite e multiplataforma, alternativas para salvar a tecnologia nacional da TV Digital, TELESINTESE, 2016)

Aí está o exemplo nítido de como uma determinada ordem pode ser seguida por um grupo de pessoas. A ordem, na matéria, está posta. Não haverá conversores digitais com Ginga C, devido a elevação cambial do dólar. Porém, vale lembrar que já colocamos nesta análise que o Rodrigo Zerbone, presidente do GIRED, garantiu que haveria caixa com Ginga C para as famílias do Bolsa Família. Há um impasse, as informações não batem, seja a oficial ou a secundária, presente nas matérias. Até o momento, observou-se que o impasse central, a respeito das caixas de conversão, era a respeito das famílias do Cadastro Único receberem ou não as caixas com Ginga C, até porque, em maio de 2015, foi decidido em reunião do GIRED que as famílias do Bolsa Família, de todo Brasil, receberiam os conversores com Ginga C.

No entanto, mesmo respeitando as deliberações apontadas no trecho da matéria que foi elucidado, um grupo de cientistas estão buscando novas possibilidades. Neste ponto, outro entendimento de Lebrun, fica nítido, o de não poder confundir centralidade com autoridade. O GIRED tomou uma decisão, houve a centralidade, mas os cientistas estão buscando novas alternativas, há uma contestação, mesmo que não deliberada ou extremamente conflituosa, de autoridade.

Na ata analisada e complementar ao trecho da matéria apresentada, é importante frisar, nas discussões a respeito das caixas de conversão para Brasília e entorno, o seguinte trecho:

Antônio Martelletto, da EAD, destacou a importância do relacionamento com a indústria e o varejo. Disse que Rio Verde/GO foi uma experiência para encontrar formas de evitar o estoque indevido de conversores. Gilberto Sotto Mayor, representante suplente da Claro S. A., salientou a sua preocupação com este aspecto em Brasília, citado pelo representante da EAD. Em seguida, o Presidente do GIRED se manifestou para dizer que, em Brasília, a distribuição de conversores seria feita antecipadamente. Além disso, a experiência de Rio Verde/GO poderia indicar que uma eventual prorrogação em Brasília não levaria a um aumento no percentual de domicílios digitalizados. André Felipe Seixas Trindade, representante titular da Radiodifusão, ressaltou a

importância do trabalho unificado dos radiodifusores. André Barbosa, representante suplente da Radiodifusão, ponderou que dois tipos de conversores estavam sendo distribuídos, um deles zapper [i. e., apenas sintonizador, ausentes as funcionalidades para a interatividade], e que não era conhecida a dimensão desta distribuição diferenciada, tampouco quais seriam as consequências disso em Brasília. Roberto Pinto Martins, representante do Ministério das Comunicações, disse que, em relação a esta distribuição diferenciada, era preciso que a pesquisa abordasse o nível de utilização do conversor. José Gonçalves Neto, representante titular da Telefônica Brasil S. A., ressaltou a importância de realização de pesquisas caracterizando o nível de utilização dos recursos de interatividade dos conversores com tal facilidade. Paulo Ricardo Balduino, representante suplente da Radiodifusão, comentou que sua visão era a de que o processo de digitalização em Brasília daria certo. (6º Reunião Extraordinária do Grupo de Implantação do Processo de Redistribuição e Digitalização de Canais de TV e RTV – GIRED, 2016)

Na citação apresentada, fica elucidado que na reunião do GIRED, a questão da discussão sobre a necessidade de interatividade para os conversores que serão distribuídos para as famílias de baixa renda, ou seja, do Bolsa Família e Cadastro Único, está somente sendo pleito de um dos presentes na reunião, o André Barbosa. Há, de certa forma, um vácuo entre o que a matéria diz e o pleito interno. Na matéria, parece que dentro da reunião do GIRED, há espaço para que novas possibilidades sejam apresentadas, mas o que fica evidente, é que há um desinteresse em continuar esta discussão.

Observa-se, aparentemente, não haver importância o fato de que uma parcela da população receba conversores com interatividade e outra parcela receba somente zappers com qualidade de som e imagem. A preocupação maior, ao que se pode ser observado, é garantir que as famílias de baixa renda recebam os kits, ou seja, garantir que os radiodifusores continuem tendo seu público e garantindo a veiculação de seus anúncios.

Neste ponto, se faz importante chamar o entendimento de Charadeau (2010), quando aborda o fato do acontecimento ser sempre construído. O autor afirma que:

“...“o mundo a comentar” nunca é transmitido tal qual à instância de recepção (...) Assim sendo, o acontecimento nunca é transmitido à instância de recepção em seu estado bruto; para sua significação, depende do olhar que se estende sobre ele, o olhar de um sujeito que o integra num sistema de pensamento e, assim fazendo, o torna inteligível.” (CHARADEAU, 2010, p.95)

Nesse sentido, buscando o pensamento de Charadeau, observa-se que nem a ata estudada, nem as matérias aqui apresentadas, podem dar à nossa análise o sentido bruto do que realmente está sendo discutido e externado como discurso, a respeito das decisões sobre

os conversores que serão distribuídos para as famílias de baixa renda, pois a ata, de alguma forma, é construída, é aprovada em reunião e pode ter algum teor original, ou como chamada Charadeau, bruto, modificado. O mesmo pode-se dizer das notícias, que são ainda, como já citamos neste artigo, uma fonte secundária, diferente da ata que é uma fonte primária, mas mesmo esta fonte primária, não está em seu estado bruto. Por isso, aceitamos o entendimento de Charadeau como verdadeiro e indispensável para elucidar, a ausência de uma certeza ou aparente certeza, sobre os possíveis impactos que a transição da TV analógica para a Digital, pode ocasionar a Brasília.

### **Considerações Finais**

Ainda não é nítido quais serão os possíveis impactos que as decisões tomadas pelo grupo gestor da transição analógico-digital podem ter em Brasília. Tudo é ainda muito difuso, as dúvidas são recorrentes e as decisões são diárias. Uma coisa pode ser nitidamente observada, as decisões tomadas hoje, não são rígidas, são decisões flexíveis e estão constantemente mudando, como pode ser percebido no caso da decisão a respeito de quais caixas de conversão serão distribuídas para as famílias de baixa renda. Fatores econômicos e de mercado, tem forte poder de influência nas decisões políticas e, conseqüentemente, nas ações de implementação das políticas públicas de digitalização. Afirmar a quais conclusões esta pesquisa pretende chegar, ainda é precipitado, pois é sabido que esta ainda é uma análise embrionária. No entanto, já é possível perceber que as decisões do GIRED irão, sim, impactar de forma substancial a vida das pessoas da cidade de Brasília e entorno.

No entanto, um ponto importante para tentar entender melhor esses impactos, é buscar lembrar o entendimento dos autores do artigo “FlexTV — Uma Proposta de Arquitetura de Middleware para o Sistema Brasileiro de TV Digital”, o qual aborda 3 formas de ondas de impacto que a transição analógico-digital, irá causar no Brasil.

Neste ponto, se faz interessante elucidar, que fica possível identificar nos textos analisados a concretização das 3 ondas de impacto. Inicialmente, pelo fato de que se as empresas já estão reunidas preocupadas com o processo de divulgação da mudança de sinal, é porque, internamente, já houve a necessidade de substituição e aprimoramento de seus equipamentos e conseqüentemente, fluxos de produção, o que equivale à primeira onda de impacto.

O conjunto da sociedade, iniciando pela cidade de Rio Verde (GO), já está sentindo o peso da segunda onda de impacto. No caso de Brasília, essa percepção fica evidente, pois

a própria discussão de qual kit de conversores será doado para as famílias de baixa renda, bem como o simples fato da cidade e seu entorno, estar se preparando para o apagão analógico, já é um desafio latente.

A terceira onda de impacto, também pode ser relacionada com a questão das escolhas das caixas com e sem interatividade, além de existir um fator econômico, há, também, um fator mercadológico. De alguma forma, nas falas analisadas, percebe-se, nos interditos, um certo receio, principalmente, dos radiodifusores de empresas privadas, em encontrar o retorno financeiro aos investimentos efetuados. Dessa terceira onda de impacto, o que mais pode ser associado, é o estímulo para que a população invista em equipamentos de TV de nova geração. De alguma forma, aparenta que garantir a interatividade, para as pessoas de baixa renda, é acelerar uma busca de novos modelos de negócio por parte dos radiodifusores.

Outro ponto importante de ser questionado nessa análise, é o fato da pouca adesão por parte dos jornalistas e sociedade civil organizada, na defesa da distribuição dos conversores para as famílias de baixa renda. As matérias encontradas e analisadas para esta pesquisa, foram de portais específicos e pouco se leu ou percebeu uma mobilização dos movimentos sociais organizados, principalmente os que possuem como público direto o nicho da população pertencente ao Bolsa Família e Cadastro Único.

Buscando o entendimento de Brittos e Bolaño (2007), se faz importante lembrar que os autores comentam que no que se refere aos movimentos em torno da implantação da televisão digital terrestre no Brasil, em todo caso, o quadro regulamentar sinaliza um modelo flexível, que deixa ao arbítrio das empresas o que fazer com as potencialidades do meio. Os autores são enfáticos, quando dizem que não houve o propósito de construir uma política pública democrática para essa nova tecnologia que a visse de maneira ampla, até mesmo atacando problemas históricos do mercado televisivo nacional, como a concentração, a ausência de controle social. No livro, a Televisão brasileira na era digital, os autores comentam que essa baixa participação da sociedade brasileira na sua pluralidade, nas dinâmicas de regulamentação, tem-se repetido no âmbito da definição da digitalização das transmissões televisivas.

E assim, as hipóteses deste trabalho são confirmadas ou não. Para a conclusão da primeira hipótese, percebe-se que de acordo, com os documentos analisados, observa-se

que existe uma possibilidade de garantir que todos ganhem com a transição do sinal analógico digital em Brasília e entorno, mas somente se tirar desse indicador a existência de interatividade para a parcela do Cadastro Único que irá receber os conversores, ou seja, não é possível que todos saiam ganhando, um terá mais ganhos que outro e, provavelmente, não será a população de baixa renda que terá o ganho maior.

No caso da segunda hipótese, pode-se perceber, que de alguma forma busca-se o diálogo, mas tendo como ponto central quem tem o real poder de fala e de decisões. Ou seja, quem tem o poder de dizer, sem dizer, ou seja, falar e deliberar nos interditos, bem como quem tem a potência do poder, garantindo a centralidade das ações e, conseqüentemente, das decisões.

A terceira hipótese, transforma-se em assertiva, neste ponto do trabalho. Talvez, tenha sido a hipótese, mais facilmente confirmada e identificada no decorrer da análise. Segundo, pôde ser observado, em Brasília, as famílias do Bolsa Família, receberão conversores com Ginga C, as do Cadastro Único, receberão zappers que só garantem qualidade de som e imagem, ou seja, garantem o sinal da TV aberta nos televisores.

O ato de incluir as pessoas de baixa renda, anda numa linha tênue, onde a qualquer desequilíbrio pode cair no campo da exclusão. A exclusão por inclusão, ainda é um pouco confuso discorrer efetivamente, como as decisões tomadas pelos grupos que gerem os rumos da TV Digital no Brasil podem conectar ou reconectar os envolvidos nessa rede de interesses, que desencadeia ligações globais e locais, bem como entre o global e o local.

## REFERÊNCIAS

AQUINO, M. Satélite e multiplataforma, alternativas para salvar a tecnologia nacional da TV Digital. TELESINTESE. 2016. Disponível em: <http://www.telesintese.com.br/satelite-e-multiplataforma-alternativas-para-salvar-tecnologia-nacional-da-tv-digital/>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

AQUINO, Y. Crise econômica causa mudança de alunos de escolas privadas para públicas. Agência Brasil. 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2016-02/crise-economica-provoca-mudanca-de-alunos-de-escolas-privadas-para-publicas>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira; BRITTOS, Valério Cruz. A televisão brasileira na era digital: exclusão, esfera pública e movimentos estruturantes. São Paulo: Paulus, 2007.

BRASIL. Portaria n.14, de 6 de fevereiro de 2013. Disponível em: [http://www.mc.gov.br/documentos/Portaria/Portaria\\_700\\_versao\\_final\\_faixa\\_700\\_megahertz.pdf](http://www.mc.gov.br/documentos/Portaria/Portaria_700_versao_final_faixa_700_megahertz.pdf). Acessado em 18 jun. 2015.

BRASIL. Decreto n.4.901, de 26 de novembro de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2003/d4901.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4901.htm). Acesso em: 17jun.2015.

BRASIL. Decreto n. 5.820, de 29 de junho de 2006. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2006/Decreto/D5820.htm). Acessado em: 17 jun.2015.

CEOLIN,A. Grupo de Temer revê estratégia para apoiar impeachment. O estado de São Paulo.2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/grupo-de-temer-reve-estrategia-para-apoiar-impeachment,10000018576>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

COSTAS, R. Tempestade perfeita: Podemos estar caminhando para uma nova crise global.BBC BRASIL.2016. Disponível em: [http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160213\\_nova\\_crise\\_global\\_rc](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/02/160213_nova_crise_global_rc). Acesso em: 23 de junho de 2016.

CHARAUDEAU, Patrick. Discurso das Mídias. Tradução Angela S.M.Corrêa. 2. Ed. – São Paulo: Contexto, 2010.

DUARTE,Marcia. Estudo de Caso. In: DUARTE,Jorge, BARROS, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ed.- 7. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2014. p.215-235.

FOUCAULT,Michel. A ordem do discurso. Ciberperfil. 2002.  
GRUPO DE IMPLANTAÇÃO DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO E DIGITALIZAÇÃO DE CANAIS DE TV E RTV- GIRED. Ata da 6º reunião extraordinária. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=323814>. Acessado em: 24 jun 2016

JÚNIOR,Wilson. Análise de Conteúdo. In: DUARTE,Jorge, BARROS, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ed.- 7. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2014.p. 280 – 304.

JUNQUEIA,C e DECADE,E. Impeachment de Dilma não está ‘morto’, diz Jucá, O Estado de São Paulo.2016. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral/impeachment-de-dilma-nao-esta-morto--diz-juca,10000015541>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

LEBRUN, Girard. O que é Poder? Ed. Brasiliense, 1981

Leite, L.E.C., Batista, C.E.C., Filho, G.L.S., Kulesza, R., Alves, L.G.P., Bressan, G., Rodrigues, R.F., Soares, L.F.G. (2003) “FlexTV – Uma Proposta de Arquitetura de Middleware para o Sistema Brasileiro de TV Digital”. Revista de Engenharia de Computação e Sistemas Digitais, Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/recs/article/view/53347>. Acesso em: 23 de janeiro de 2016.

LOBO, A.P. Não há decisão ainda sobre conversor Ginga para além do bolsa família.CONVERGÊNCIA DIGITAL-TELECOM.2016.Disponível em: <http://convergenciadigital.uol.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?UserActiveTemplate=site&infol=41540&sid=8>. Acesso em: 23 de junho de 2016.

MENDONÇA,H. Estamos vivendo uma dupla crise econômica, a nossa e a internacional. El País Brasil.2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/11/economia/1455229208\\_804158.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/11/economia/1455229208_804158.html). Acesso em: 23 de junho de 2016.



MOREIRA, Sônia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge, BARROS, Antônio. Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. 2.ed.- 7. Reimpr.- São Paulo: Atlas, 2014, p. 269 – 279.

RICHTER, A. Cunha recorre ao Supremo contra decisão sobre o impeachment. Agência Brasil, 2016. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-02/cunha-recorre-ao-supremo-contradecisao-sobre-impeachment>. Acesso em 23 de junho de 2016.

YIN, Robert K. Estudo de caso: planejamento e métodos / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre : Bookman, 2001.

